

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e treze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Jaime Manuel Palha Costa, Carina Isabel Moura da Conceição Luís e Daniel da Costa Luís. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio e Luís Filipe Dias Grácio.-----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** e em substituição deste, o substituto legal, senhor: -----

Carlos Alberto Machado. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A senhora **Presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Ana Paula Coelho Ferreira, que substitui Sérgio Miguel Gil Nunes, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse José Maria Laranjeira Campanhe, que substitui Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Deu posse a Marisa Sofia Cordeiro Parreira, que substitui Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento

por parte dos novos membros, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Por impedimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, está em sua substituição o senhor Carlos Alberto Machado. -----

Foi remetido por e-mail a recomendação do Tribunal de Contas, relativo às contas de 2009, aos membros desta Assembleia. -----

De igual modo, de referir que acompanharam os documentos para esta reunião, o parecer e certificação legal das contas do município relativas a 2012, o parecer a que estamos obrigados por força da participação na Fundação do Museu Nacional Ferroviário e também a listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica, atribuída por esta Assembleia Municipal nos termos da Lei.” -----

Passou-se de seguida à votação da ata número vinte e um. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO VINTE E UM -----

A ata número vinte e um, realizada em vinte e cinco de fevereiro de 2013, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista e cinco abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, uma do Bloco de Esquerda, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do substituto legal do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Seguidamente a Coligação Democrática Unitária apresentou a seguinte moção: ---

MOÇÃO -----

Sobre a anunciada saída da Medicina Interna do Hospital de Torres Novas em 6 de Maio 2013 -----

Tomos conhecimento da saída das duas unidades de Medicina Interna do Hospital de Torres Novas em 6 de Maio de 2013 através dos órgãos de informação.-----

- A CIM e os autarcas do médio Tejo, em geral, têm reafirmado o seu apoio ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, **como uma única entidade que** sendo constituída por três unidades hospitalares, só pode ser entendida como um todo nos termos da sua conceção. A sua gestão deve explorar todas as potencialidades, rendibilizar as instalações e equipamentos e colocá-los ao serviço da população. Entendemos que devem ser comuns aos três hospitais as seguintes valências: Urgência Médica/Cirúrgica, Medicina Interna, Pediatria e Cirurgia do Ambulatório, bem como os cuidados prestados em ambulatório.-----
- Esta medida, de **retirada da Medicina Interna do Hospital de Torres Novas**, insere-se numa política levada a cabo pelas sucessivas administrações de esvaziamento da unidade Hospitalar de Torres Novas - **no seguimento das políticas erradas dos sucessivos governos** - com a consequência direta na degradação do acesso dos utentes aos cuidados de saúde, tornando-os mais caros e mais distantes. Tais medidas têm contribuído para o aumento das despesas, ansiedade e sofrimento dos doentes e respetivas famílias. -----

2.1 Com a saída da medicina interna, o Hospital de Torres Novas com capacidade para **140 camas**, ficará reduzido a cerca de **1/3 das camas**. Acresce que a concentração em Abrantes vai reduzir em 18 camas a capacidade de internamento desta especialidade cuja taxa de ocupação ronda geralmente os 100%. -----

2.2 Esta medida agora anunciada é altamente **preocupante face ao sucessivo esvaziamento que se tem vindo a verificar nas três unidades hospitalares**, de serviços de que a população tem grande necessidade e de que são exemplos a **Urgência Médica/Cirúrgica e Cirurgia**, com elevada procura e altas taxas de ocupação. -----

2.3 A **saída da Medicina Interna** de Torres Novas contribui fortemente para a desmotivação dos profissionais que vêm as suas condições profissionais e de trabalho degradarem-se. Contribui também de forma preocupante para a **destruição de postos de trabalho (estimados em 80)**. -----

2.4 Em suma, trata-se de mais uma reorganização em cima de tantas outras, cujas consequências têm sido sempre em prejuízo dos utentes, cujas prioridades são sempre anunciadas com objetivos muito nobres, mas nas quais **os doentes nunca são prioridade**, como a realidade dos factos confirma. -----

- **Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Entroncamento reunida em 26 de Abril de 2013 opõe-se a qualquer processo de esvaziamento do Hospital de Torres Novas e exige do CA e do ministério da tutela** elaboração de um Plano Estratégico para todo o sector da saúde no Médio Tejo, que privilegie a articulação entre os diversos níveis de prestação de cuidados de saúde, que defina quais as valências que pela sua importância social e clínica devem estar nas três unidades hospitalares e sejam definidos objetivos claros e quantificados para a promoção e valorização de todas as outras valências, com a utilização de todas as potencialidades de instalações, equipamentos e recursos humanos. -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**: "Esta é uma moção da CDU mas poderia ser uma moção do PS. -----

Achamos que esta preocupação deve ser transversal a todos os partidos políticos.-

Isto é um espelho da política de desinvestimento que temos tido por parte do governo na saúde e um ataque ao serviço nacional de saúde. -----

A bancada do Partido Socialista, apoia esta moção e de outra forma não o podia fazer." -----

Continuou **Luís Grácio**: "Esta problemática da saúde do Médio Tejo, é um assunto já recorrente quer aqui nesta assembleia, quer inclusivamente na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que tomou algumas decisões, aprovou moções, foi inclusivamente recebida pelos grupos parlamentares na Assembleia da República, relativamente ao futuro do Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

É um processo que se tem vindo a arrastar e como todos estes processos, são processos que não são muito claros à partida, nunca foi muito claro como é que era a configuração final do centro hospitalar, foi-se dizendo que havia alterações, que havia valências que iam ficar distribuídas pelos três hospitais, mas a realidade é que se está agora a verificar que a tendência é para concentrar tudo em Abrantes. -----

É evidente que do ponto de vista do Centro Hospitalar do Médio Tejo é tudo canalizado para Abrantes, mas do ponto de vista da otimização dos recursos, provavelmente é uma aberração. -----

Esta questão deve-nos preocupar, porque com a primeira perspetiva de que as valências se manteriam nos diversos hospitais do Médio Tejo, estas preocupações que fiz referência provavelmente não tinham razão de ser, porque o socorro aos doentes em princípio estaria assegurado, com a realidade que se está a verificar, esta situação é completamente oposta. -----

De facto, esta falta de clareza trás problemas para os utentes, para os doentes e também naturalmente para os profissionais de saúde. -----

Estamos seriamente preocupados com esta situação, acho que estas denúncias já começam a não surtir praticamente efeito e nós vamos votar favoravelmente esta moção na expectativa de que haja alguém que tenha coragem de assumir publicamente aquilo que pretende do Centro Hospitalar do Médio Tejo." -----

Proseguiu **José Baptista**: "Acompanhamos há três anos com algum problema na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, este drama que tem sido a reorganização do Médio Tejo. -----

Acompanhamos há ano e meio com uma comissão que foi reunir com os Grupos Parlamentares, com a Comissão de Saúde, etc., por parte da Comunidade Intermunicipal sobre a reorganização dos serviços hospitalares e mais uma vez, debatemo-nos com a situação do que é que vai acontecer ao centro hospitalar por causa da reorganização dos serviços. -----

Espero seriamente que não seja um fecho de serviços, seja mesmo uma reorganização de serviços, mas faz sentido que esta Assembleia Municipal mostre qual é a sua posição. -----

Parece-me um bocadinho exagerado dizermos que nos opomos a qualquer processo de esvaziamento, nós não queremos esvaziamento nenhum, queremos exigir que os serviços sejam reorganizados de acordo com as necessidades das populações e portanto, de acordo com a moção apresentada pela CDU, a nossa bancada vai votar a favor.” -----

Interveio **Teresa Martins**: “ Efetivamente não podemos cruzar os braços perante esta situação. -----

É de não esquecer de forma alguma esta moção, porque se reportarmos há uns anos atrás, não tem só a ver com o governo atual, tem a ver com vários governos anteriores, se nos lembrarmos perdemos a maternidade no Hospital de Torres Novas, que dava apoio a muitas populações aqui à volta. -----

Acho que esta assembleia, o nosso município e todos nós munícipes do Entroncamento deveremos ter uma palavra una e forte relativamente às questões do Hospital de Torres Novas.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Aquilo que está aqui em causa é o desaparecimento de mais um serviço do Hospital de Torres Novas e a concentração em Abrantes, irá prejudicar enormemente os utentes de Abrantes. -----

A razão da moção é mais um serviço que vai sair do Hospital de Torres Novas, para além de outros serviços que já saíram anteriormente. -----

Não esquecer de enviar conforme a proposta, ao Ministério da Tutela, Grupos Parlamentares, CIMT do Médio Tejo, Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Assembleias e Executivos Municipais e órgãos de informação do Médio Tejo. -----

A saúde tem custos elevados é um facto, esses custos elevados têm que ser rentabilizados e há serviços que não podem ser retirados destas três unidades que foram concebidas para funcionar em complementaridade, com portas de entrada e portas de saída, há formas de poupar dinheiro, há formas de rentabilizar os serviços, mas não é como aquilo que a gente tem visto agora. -----

Os enfermeiros estão em luta com os problemas que estão a sofrer, a mortalidade nestes três hospitais aumentou nos últimos tempos e isto revela a diminuição da qualidade dos serviços.” -----

José Baptista referiu: “ A aprovação da moção é uma coisa, nós fazemos considerações de que morre mais gente no Centro Hospitalar por causa de qualquer tipo de reorganização sem que seja provado que houve uma única morte por causa da reorganização, é estarmos a extrapolar, estamos a cingir-nos à moção que aqui temos, não tem um dado nem o senhor deputado nem eu, de que tenha morrido alguém por causa qualquer tipo de reorganização interna do Centro Hospitalar.” -----

Respondeu **António Ferreira**: “ Os dados foram fornecidos hoje na greve dos enfermeiros.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTACÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. –

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Que eu saiba, os serviços desta Assembleia e o nosso funcionário que é dedicado nestas coisas, não costuma esquecer-se de enviar as coisas para quem é suposto conforme é dito nos documentos. -----

Portanto, confio integralmente nele e sei que ele não falhará nesta parte.” -----

Seguidamente **Marisa Parreira** procedeu à leitura de outra moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária. -----

MOÇÃO -----

Em Defesa da Água Pública -----

A água é, indiscutivelmente, um elemento essencial à vida, tal como a conhecemos e, muito concretamente, à vida humana. É inegável a importância da água nas suas vertentes, mais ou menos conhecidas, desde logo a sua presença determinante no equilíbrio do nosso planeta e na composição do corpo humano. -----

De uma forma geral as atividades humanas são consumidoras de água, com destaque para as ligadas à produção de alimentos, sendo evidente a importância da água, e do saneamento, na saúde pública e na qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades.-----

Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, dos mais rudimentares aos mais desenvolvidos, são, historicamente, fruto do esforço, investimento e inteligência das populações e, mesmo os atuais, são o resultado de centenas e mesmo milhares de anos, de esforço contínuo de construção e aperfeiçoamento. Logo, constituem de *per si* um património, um conjunto de valores intrínsecos, materiais e imateriais, que não são passíveis de contabilização. -----

Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento em Portugal conheceram um decisivo avanço com as condições políticas e sociais proporcionadas pela Revolução de Abril e foram decisivamente impulsionados: pelas populações que os construíram elas próprias com as suas mãos e organização, que participaram na sua construção e que os reivindicaram dos poderes locais e central; pelo poder local democrático saído da revolução e consagrado na Constituição da República Portuguesa aprovada a 2 de Abril de 1976; e pelo Estado, com dinheiros públicos, quer promovendo a construção de grandes infraestruturas fundamentais aos seu desenvolvimento, como as barragens, quer através da constituição de um instrumento de intervenção em cooperação com o poder local, a empresa pública Águas de Portugal; -----

No Médio Tejo, os Municípios estão a dar passos no sentido da gestão integrada e da preservação desse valiosíssimo património comum constituído pela Barragem de Castelo de Bode e por formas de associativismo como é exemplo a constituição da empresa Águas do Centro do grupo Águas de Portugal e de outras formas institucionais associativas como a AMEGA. -----

No que concerne à realidade do Concelho de Entroncamento, temos a bem conhecida história que constitui o processo de desenvolvimento de abastecimento e saneamento após a Revolução do 25 de Abril, com os seus avanços e posteriores estagnações. Esses avanços foram sempre com a participação empenhada das populações, e com as “mãos na massa” dos serviços municipais. Infelizmente não conseguimos os níveis de qualidade, mundialmente reconhecidos a outros municípios portugueses, referências de excelência internacional. As nossas fragilidades locais devem-se à espera de soluções externas que não nos resolveram os problemas, mas que, nos últimos tempos, serviram para empolar a fatura mensal sem a devida contrapartida de qualidade e de serviços. Por motivos das escolhas políticas perderam-se os últimos 20 anos, em que se ficou à espera de soluções, primeiro de fundos não aproveitados, depois promessas socráticas e, por fim, 2 mandatos à espera do investimento das Águas do Centro, surgindo agora, em fim de ciclo, uma grua estrategicamente colocada para *inglês ver*. Não será mais uma daquelas tiradas “tipo Plano Augusto Mateus” para o Entroncamento? Com erros ou sem eles o Poder Local Democrático em Portugal, deu provas de saber fazer e inovar ao nível do que melhor se faz no mundo em termos de gestão da água.-----

Considerando as ameaças que pairam sobre os sectores da água, saneamento e resíduos sólidos e que têm sido materializadas em declarações públicas de responsáveis governamentais, desde logo da Ministra do Ambiente e do Primeiro-ministro, afirmando, antes, a vontade de privatizar e, mais recentemente, a de privatizar sob a forma de concessão, a que acrescem ainda, os anúncios de medidas legislativas que assumem o objetivo de retirar aos municípios as competências e autonomia nas áreas da água, do saneamento e dos resíduos sólidos; -----

Assim a Assembleia Municipal de Entroncamento, reunida a 26 de Abril de 2013, delibera: -----

1. Denunciar como um atentado aos interesses dos munícipes e ao poder local toda e qualquer medida tendente a promover a privatização destes sectores;
2. Denunciar como um esbulho às populações e aos municípios todas as medidas tendentes a transferir para as mãos de privados, seja por que via for, os

-
- sistemas e serviços construídos com dinheiros públicos e o esforço de gerações; -----
3. Manifestar a sua solidariedade com todos os que travam esta mesma batalha em defesa dos interesses nacionais e das populações; -----
 4. Reafirmar as posições reiteradamente assumidas de defesa da gestão pública da água, do saneamento e dos resíduos sólidos quer condenando a centralização, verticalização forçadas dos sistemas em alta e em baixa de forma coerciva, com vista à privatização em massa das empresas do grupo Águas de Portugal ou de outras; -----
 5. Reafirmar o seu total empenhamento em defender e contribuir para o reforço do serviço público municipal, construído por gerações de entroncamentenses.

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Sobre a moção que a CDU aqui apresenta, contrariamente à moção anterior, fazem-se considerações sobre a água no Entroncamento que é preciso esclarecer. -----

A senhora deputada saberá que a ETAR que está agora a ser construída, deve ser esta grua a que se refere para *inglês ver*, está há onze anos à espera de um visto para ser construída, não é um visto do município é um visto de Lisboa para as Águas do Centro poderem construir a ETAR que está agora a começar a ser construída. -----

Fala aqui de fim de ciclo, fala aqui de uma grua para *inglês ver*, não é uma obra feita pelo município, é uma obra que o município se comprometeu a fazer com as Águas do Centro. -----

A senhora deputada sabe também como eu, que o município do Entroncamento decidiu não aumentar a água este ano, por causa dos aumentos que teve de fazer o ano passado e ser o município a pagar o aumento que ia ser obrigatório ser feito aos municípios. -----

Se no ano passado foi obrigatório por lei os municípios terem que começar a pagar resíduos sólidos urbanos na taxa da água, e toda a gente sentiu o agravamento exponencial do valor da água, este ano, o município ao tomar a decisão de que é o município que paga a mais aquilo que teria de aumentar aos municípios, faz sentido aquilo que se repensa o que é que o município anda a fazer nesta área.” -----

A moção vem desprovida de alguma realidade quanto ao nosso concelho e portanto, não a poderemos acompanhar no sentido de voto.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Ia fazer uma sugestão, não sei se ela eventualmente poderá ter alguma lógica, na minha cabeça tem lógica. -----

Apesar da nossa moção ser um pouco diferente, ela aborda o mesmo assunto, o problema da água, nós falamos na água do ponto de vista do direito humano, mas as coisas estão interligadas. -----

A minha sugestão, era se eventualmente houvesse interesse da parte da assembleia poderíamos discutir em conjunto as duas moções. -----

Relativamente à moção apresentada pela CDU, é uma moção que tem assuntos muito pertinentes, são assuntos que nos vão preocupar nos futuros mais próximos, o problema da privatização da água não é um problema português, é um problema mundial, nós sabemos que há potentados a nível internacional no domínio das águas. ---

Esta questão da água pública entronca com a questão do direito à água, daí a razão de eu ter apresentado a sugestão a discutirmos em conjunto as duas moções. -----

O processo de privatização da água é um processo muito complexo, porque na prática vai colocar na mão de privados o direito a um bem vital, o homem não vive sem água, só a questão da água para ser privada e se poder privar alguém de ter acesso à água, para além ser uma coisa criminosa, é algo que nos deve preocupar. -----

Esta moção tem toda a razão de ser, é uma moção muito preocupante, preocupante o tema que aborda e é um tema que nós nos próximos tempos vamos ter pela frente, não é por acaso que o Bloco de Esquerda sempre se opôs que o município do Entroncamento aderisse às Águas do Centro, da forma como aderiu, porque as Águas do Centro, setenta por cento do seu capital está nas mãos das Águas de Portugal, enquanto por exemplo, nas Águas do Ribatejo a maioria do capital social da empresa é dos municípios, no caso das Águas do Centro não se passa isso. -----

A intenção que já foi manifestada várias vezes por membros do governo da área da água pública, que se vai caminhar no sentido da privatização da Águas de Portugal, o que vai acontecer na prática, é que as Águas do Centro vão ser privatizadas também, daí a razão de nós nos termos oposto aqui nesta assembleia que nós aderíssemos às Águas do Centro. -----

Vamos votar favoravelmente esta moção porque achamos que toca um assunto muito preocupante e que ninguém se pode pôr de fora, porque quando os donos da água começarem a cobrarem o preço que quiserem pela água, há dois anos pediram sete por cento, a ministra deu-lhe o benefício de cinco por cento, desta vez pediram dez por cento, ela foi um bocadinho mais descendente, permitiu aumentar sete por cento e a tendência vai ser esta.” -----

Proseguiu **Carlos Amaro**: “ A bancada do Partido Socialista encara como útil a junção desta duas moções porque qualquer uma delas, a bancada vai votar a favor, só quem não paga a água, ou quem não tem preocupações sociais é que pode estar contra qualquer uma destas moções. -----

Nós sempre fomos contra a privatização da água, quer em alta, quer em baixa e é nesse registo que nos vamos manter. -----

Nós aceitaríamos de bom grado e achávamos útil, a junção das duas moções numa só.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Nesta moção o que nos importa são as questões de princípio, se nesta moção há aqui na segunda página, a linha 9,10 e 11, que impedem o PSD de aprovarem esta moção, eu retiro estas linhas, porque os outros considerandos são um facto. -----

O Entroncamento tem ainda zonas sem saneamento, temos os Casais Formigos, uma parte da Rua Ferreira Mesquita e outros locais aonde o saneamento não chega. -----

Se é esta questão dos considerandos da linha 9,10 e 11, nós retiramos, é evidente com a continuação, com erros ou sem eles, o Poder Local em Portugal deu provas de saber fazer, inovar ao nível do que de melhor se faz no Mundo em termos da gestão de água.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Não é só a linha 9, 10 e 11, são os considerandos e a forma como ela é explicada, se quiser redigir esta moção em comissão permanente, ela redige-se em comissão permanente, não pode ser votada no estado em que está, fala-se aqui em esbulho às populações, fala-se em privatização, não há privatização da água, há concessões. -----

Nós temos de saber reconhecer que quando temos alguma coisa boa, nós temos que reconhecer que há coisas boas e se o município decide que não vai onerar os cidadãos do Entroncamento, com o aumento do valor da água no ano corrente, temos que ser coerentes uma coisa com a outra. -----

Nós não podemos juntar a moção da CDU com a moção do BE, porque elas dizem coisas distintas e não se juntam nos princípios com o que afirmam.” -----

António Ferreira referiu: “ Em relação à questão do preço, e a Câmara ter suportado parte dos custos do aumento da água ao fornecedor Águas de Portugal é um facto e reconheço isso. -----

Também reconheço uma coisa, nós vamos ver na discussão das contas do município e vamos ver o impacto que teve as alterações em termos da tabela, em termos de escalões na água e em termos de preços. A água subiu enormemente em termos de receitas para o município, ao contrário do saneamento e ao contrário da recolha de resíduos, que esses baixaram, esse aumento foi conseguido em termos de mudanças nos escalões que vieram prejudicar enormemente os municípios do Entroncamento. -----

Não estou a mandar as culpas todas para cima do PSD, aliás na moção está lá, nós andamos nisto há vinte anos, com promessas feitas pelo Ministro do Ambiente Sócrates, por outras situações, por incapacidade do município em recorrer a Fundos Comunitários na gestão socialista.” -----

Intervio **Luís Grácio**: “ Foi aqui afirmado que este ano não houve aumento na água, de facto é verdade, mas há aqui uma coisa curiosa que convinha refletir. -----

Em anos anteriores, nós tivemos aumentos na água muito acima da inflação e o grande argumento que era colocado, era que o custo das tarifas tinha que refletir o custo real do preço da água, a questão que se coloca agora, é se esse argumento morreu, mas o aumento este ano não se verificou apesar das Águas do Centro irem cobrar mais ao município, ou seja, o senhor deputado diz que está suspenso, mas a decisão que as Águas do Centro tomaram com o acordo do Ministério, não é suspensão é de aplicação, se isso está suspenso, é preciso que mais informação fosse prestada a esta assembleia, algo aqui que não bate certo.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente Assembleia** colocou a moção à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOCÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi rejeitada por maioria, com onze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

Teresa Martins apresentou a seguinte declaração de voto: “ A abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, deve-se ao facto de ter tomado a mesma posição quando da adesão às Águas do Centro, na altura foi a posição tomada e neste momento a posição é a mesma e uma vez também, não está perfeitamente esclarecida relativamente ao impacto para a população do Entroncamento. “ -----

Seguidamente **Luís Grácio** procedeu à leitura da seguinte moção: -----

MOCÃO -----

Direito à Água e ao Saneamento e o seu acesso económico -----

(nos termos e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Considerando que: -----

1 – O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, por uma Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas; -----

-
- 2 - Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso à água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para que os Estados desenvolvam uma correta execução tecnológica que venha a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento; -----
- 3 - Já em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou um comentário geral, reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações; -----
- 4 - Segundo o Alto-comissário para os Direitos Humanos da ONU¹, o preço direto e indireto dos serviços de água e saneamento não devem impedir ninguém de aceder a esses serviços e não devem comprometer a capacidade de gozo de outros Direitos Humanos, designadamente o direito à alimentação, à habitação e à saúde;
- 5 - Incumbe aos Estados ou autoridades locais, promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água, que inclui o acesso a uma quantidade mínima essencial de água; -----
- 6 - Para tanto, segundo a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, dever-se-ão assegurar as medidas necessárias que deverão incluir políticas de preço adequadas, como tarifas económicas ou gratuitas; -----
- 7 - Pese embora o Direito à Água não obrigar, em absoluto, à disponibilização dos serviços a título gratuito, em certas circunstâncias, o acesso à água e ao saneamento pode ser gratuito atendendo à incapacidade económica do utente; ----
- 8 - A concretização do Direito à Água, na sua componente do acesso económico tem sido concretizada pelos vários Estados de diferentes formas, destacando-se a proibição da desconexão dos serviços por não pagamento, bem como a distribuição gratuita das quantidades essenciais de água para consumo doméstico; -----

9 – Apesar de alguns inconvenientes, a utilização destas medidas afigurar-se como o único método claro e eficaz de garantir a não exclusão, por razões económicas, do acesso ao direito à água e ao saneamento; -----

10 – A Organização Mundial de Saúde estima entre 50 e 100 litros diários por pessoa como valor suficiente para assegurar as necessidades mais básicas, com poucos riscos sanitários, concluindo ainda que entre 20 e 25 litros diários por pessoa são um mínimo, acarretando no entanto sérios riscos sanitários; -----

11 – O direito à água e ao saneamento, enquanto Direito Humano, exige de todas as autoridades públicas medidas com vista à sua efetivação, tendo ainda em conta que a água é um recurso natural, que deve ser de todos, e a todos deve ser acessível;

12 – É da competência própria da Câmara Municipal a fixação de preços e de tarifas, podendo no entanto a Assembleia Municipal ***“Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia”***; -----

13 – Na reunião de Câmara de 15 de Abril último o executivo decidiu contestar todo o processo de aumento do preço da água, desencadeado pela empresa Águas do Centro, S.A. (AdC) (que mais uma vez apresentou um aumento do preço da água superior ao índice de inflação verificado desde o último aumento em 2012) assim como não o fazer refletir nas tarifas de abastecimento do município; -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em Sessão Ordinária a 26 de Abril de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera: -----

I – Recomendar à Câmara Municipal do Entroncamento a adequação dos tarifários, permitindo assegurar a distribuição gratuita de 50 litros de água, por dia e por habitante de cada fogo de utilização permanente, em situação de grave carência económica, adotando mecanismos flexíveis e de resposta rápida a situações de emergência social; -----

II - Repudiar a atitude da administração da empresa Águas do Centro, S.A. (AdC, S.A.), quanto à decisão de aumentar as tarifas do fornecimento de água aos municípios aderentes, sem consulta prévia e sem qualquer justificação económico-financeira que sustente o nível de aumento verificado, o qual ficou muito acima do índice de inflação verificado desde o último aumento de 2012; -----

III – Defender o fornecimento de água integralmente na esfera pública. -----

Pediu a palavra **José Baptista:**” Compreendesse-a que não quisemos juntar a moção da CDU com a do BE, pelos considerandos que tem e pela forma como apresenta a questão. -----

Aparecem aqui dados muito importantes da Organização Mundial da Saúde, dados essenciais e relevantes aos níveis, estamos a falar quase em casos extremos mas é isto que temos que ter como base. -----

É certo que o nosso princípio já existe, acesso à água gratuita e com reduções nos casos em que estão previstos e que todos os senhores deputados conhecem e não vale a pena estarmos a falar disso mais uma vez, porque aquilo que é feito não é preciso fazê-lo e portanto, dizer que vamos aprovar a moção do Bloco de Esquerda. -----

Continuou **António Ferreira:** “ De facto fiquei surpreendido até porque a moção defende o fornecimento de água integralmente na esfera pública e de facto, era também esse o nosso objetivo, a que saísse daqui uma moção que comprometesse todos os autarcas da Assembleia Municipal, no sentido da defesa deste serviço público e da defesa do abastecimento e tratamento de água, na esfera da não privatização da gestão. –

A concessão é um ato de privatização da gestão em que o estado entra com o investimento e o privado explora as infraestruturas numa óptica de lucro em que ao preço que é fornecido o serviço ao munícipe acrescenta uma parte de lucro e lucro numa forma que é muito específica, como monopólio natural que é, não havendo concorrência no setor, os lucros são ditados de uma forma extremamente gravosa. -----

Em França discute-se muito a saída dos sistemas privados para a devolução desses sistemas novamente aos municípios e às regiões, porque a qualidade do serviço diminuiu e os preços aumentaram muito à população.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro:** “ A bancada do Partido Socialista tem três requerimentos a apresentar à mesa da Assembleia Municipal e que são os seguintes: ----

REQUERIMENTO -----

“ Vem esta bancada do Partido Socialista requerer cópias das atas das reuniões do Conselho de Juventude realizadas nos últimos 2 anos e respetivas folhas de presença.” –

REQUERIMENTO -----

“Vem esta bancada do Partido Socialista requerer os valores dos custos do Boletim Municipal, a sua quantidade e os valores do custo da sua distribuição.” -----

REQUERIMENTO -----

“Vem esta bancada do Partido Socialista requerer os valores dos custos associados à interrupção das obras da Escola EB 2,3 – Ruy de Andrade do Entroncamento e os custos totais do aluguer dos contentores para as salas de aula durante essa interrupção.” -----

Passo a ler o abaixo-assinado aprovado pela Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, dos moradores junto ao Bairro Frederico Ulrich. -----

“ Os moradores da Rua Alexandre Herculano, cumpridores dos seus deveres legalmente consagrados, vêm por este meio alertar e pedir a intervenção da Assembleia de

Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, enquanto órgão autárquico independente e responsável, na pessoa do seu Presidente, Dr. Ezequiel Estrada, que tome as medidas que considere necessárias para que os nossos direitos constitucionais também sejam assegurados. A integridade moral e física das pessoas é inviolável e todos temos direito à liberdade e à segurança (artigos 25º nº 1 e 27º nº 1 da Constituição da República Portuguesa). Não existimos apenas para sermos pagadores de impostos, também temos direitos. -----

A nossa situação é dramática! -----

A nossa rua situa-se na extrema do bairro Frederico Ulrich. Antigamente, das janelas das nossas casas olhávamos para o bairro e víamos um autêntico jardim. As casas e os seus quintais estavam arrançados e limpos. Existia um parque infantil e um campo de jogos. Dava gosto passear nas ruas com a família e os nossos filhos podiam brincar sozinhos fora de casa. -----

O nosso bairro, que era um local agradável para se viver e para criar os nossos filhos, está agora votado ao abandono e à insegurança. -----

Das nossas janelas podemos ver quintais e casas completamente degradadas, casas que são património da câmara e conseqüentemente património de todos nós. Mas este não é o maior dos nossos problemas. -----

A nossa rua tem um sinal de estacionamento proibido do lado contrário aos prédios que é constantemente desrespeitado por carros e carrinhas que estacionam em cima do passeio, condicionando o trânsito e a circulação das pessoas a qualquer hora do dia e da noite. -----

É frequente ouvir discussões na rua, chegando mesmo a ouvir-se tiros. Até à pouco tempo os maiores problemas costumavam acontecer dentro do bairro. Mas recentemente nos muros que dividiam a rua Alexandre Herculano dos quintais das casas foram abertos buracos para que os moradores daquelas casas tenham saída para a nossa rua, aumentando o número de pessoas e de veículos e dificultando ainda mais a circulação. -----

Soubemos que recentemente foi enviado um pedreiro para reconstruir os muros, mas os buracos continuam abertos. Alguns vizinhos relatam mesmo que o pedreiro fez o trabalho e que de imediato uma moradora de uma das casas o obrigou a deitar aquilo que tinha acabado de fazer ao chão. -----

Entre os nossos moradores existem casos de pessoas que foram ameaçadas fisicamente. Alguns chegaram mesmo a ser agredidos. As raparigas que circulam no passeio queixam-se que são assediadas para entrar em carros. Alguns dos moradores já presenciaram situações de tráfico de droga. Outros queixam-se que lhes bateram no carro propositadamente e exigem que o proprietário do veículo danificado dê dinheiro a quem danificou e até aos comerciantes já tentaram extorquir dinheiro. -----

Durante a noite é frequente haver barulho na rua impedindo os moradores de descansarem para outro dia irem trabalhar. -----

Aquele que era um bairro calmo e tranquilo que oferecia qualidade de vida a quem aqui morava transformou-se num espaço em que as pessoas não podem sair de casa com medo. -----

Mesmo a última hipótese que qualquer um dos moradores possuiria, vender a casa e mudar-se para outro lado não é possível tendo em conta que toda a gente na cidade e mesmo no distrito sabe a situação do bairro. O valor das casas não dá sequer para pagar os empréstimos contraídos para a sua aquisição. -----

Vivemos tempos dramáticos. A situação é muito difícil para quem aqui vive, mas não tenhamos ilusões, já é um problema de segurança pública para toda a cidade e vai continuar a piorar se as autoridades continuarem a fechar os olhos e a fingir que nada se passa. -----

A verdade é que vários alertas já foram feitos. Desde chamadas para a polícia, quase sempre com a mesma resposta – Não temos efetivos para mandar para o local neste momento, estão a tratar de outros problemas, até conversas de alguns moradores com o senhor Presidente da Junta. E mesmo o Sr. Presidente da Câmara chegou a afirmar num órgão de comunicação social que não sentia insegurança quando saía à noite da Câmara Municipal, mostrando desta forma que tinha conhecimento da situação, mas que nada queria ou pretendia fazer. -----

Pedimos encarecidamente a esta câmara, desde já agradecendo a vossa atenção, empenho e determinação na resolução dos problemas.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Obviamente que essa é uma matéria que nos preocupa, mas em primeira instância diria que é uma matéria de polícia.

Naturalmente cabe aos órgãos autárquicos acompanhar estes processos e portanto, não excludo em nada, aquilo que são as tarefas dos diversos órgãos autárquicos nessa matéria. -----

Obviamente que em primeira instância, caberia ao senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, senhor Ezequiel Estrada, ter feito chegar o requerimento a este órgão, era assim que estava deliberado, mas, naturalmente agradeço também uma vez que já nos foi dado conhecimento dele através da sua pessoa, que fique para este órgão e para tratamento de algumas vertentes que ele enquadra, mas dou nota de que, agradeço a intervenção de um cidadão que esteve presente na Assembleia de Freguesia, mas obviamente, não tenho formalmente e pelo órgão que deliberou sobre esse documento, até à data, informação sobre o mesmo.” -----

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ Já aqui falámos mais que uma vez sobre os problemas que se referem à política que o Governo tem tomado relativamente às concessões aos ferroviários e voltamos a afirmar, a nossa manifestação de confirmar a nossa solidariedade para com os trabalhadores das diversas empresas do setor ferroviário e reafirmar que podem contar connosco para a luta que têm vindo a travar. ---

Já todos são conhecedores da pressão do Bloco de Esquerda, que tem vindo a manifestar face à política do Governo na defesa das concessões, dissemo-lo aqui e em toda a parte sem exceção, não nos escondemos atrás de manobras de diversão, assumimos as nossas convicções sem subterfúgios, preto no branco, claros como a água.

Bem sabemos que nem todos assim são, mas os tempos são ásperos e difíceis e o que mais se pede é clareza, frontalidade e não atitudes que procurem ficar de bem de Deus e o diabo, dizer uma coisa e praticar outra, vem esta observação a propósito do pretexto abstencionista da senhora Presidente da Assembleia Municipal, no ato da votação da proposta de resolução de reposição das concessões de transportes dos trabalhadores do setor ferroviário, que o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República e que foi rejeitada pela maioria da direita. -----

Que me desculpe a senhora Presidente e já agora o Partido Socialista, mas o seu pretexto abstencionista faz lembrar a abstenção violenta do Partido Socialista, do orçamento que incluía estas restrições às concessões dos trabalhadores ferroviários e que a senhora Presidente enquanto deputada votou favoravelmente. -----

Vivemos tempos difíceis que exigem coragem e coerência, Brites de Almeida, para quem não se recorda de quem seja, era a celebre padeira de Aljubarrota, nós não pedimos tanto, houve uma e já chegou para dar o exemplo. -----

Aqui bem perto de nós, houve outras mulheres, não como a padeira, mas a Maria Lamas foi uma lutadora pelo bem e pela verdade, igualdade, felicidade, liberdade, justiça, fraternidade, valores pelos quais lutou abnegadamente deixando para gerações vindouras o seu exemplo de coragem e de coerência. -----

De facto, nestes tempos em que se tenta virar os jovens contra os mais velhos, os trabalhadores do privado contra os trabalhadores do serviço público, os desempregados contra os reformados, é cada vez mais necessária a coragem, coerência para rejeitar esta equação errada e demagógica, de certo, quem o fizer estará a percorrer um caminho assertivo. -----

Anunciou a senhora Presidente da Assembleia Municipal e deputada na Assembleia da República, que passo a citar:” *dará entrada na Assembleia da República um projeto de resolução que vai ao encontro dos nossos anseios, no que respeita às concessões do ferroviários e antigos ferroviários, não será um projeto para fazer política pela política, é um projeto para cumprir em que estou pessoalmente empenhada.*” -----

Por qualquer mistério insondável as propostas do PSD por si apadrinhadas serão porventura tocadas pela graça divina e as outras, que pretendem, segundo as suas palavras, somente fazer política para política, não têm valor, nunca foi essa a postura do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda sempre votou favoravelmente aquilo que achava que era correto e nunca se inibiu em qualquer fórum de defender aquilo que pensava. -----

Nós entendemos que a coerência e a coragem são algo que pertence a cada um, mas que nestes momentos difíceis, todos nós temos que ter essa coragem e essa coerência.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Relativamente ao parecer do Tribunal de Contas, que recebemos e foi distribuído, com a homologação da conta relativa ao exercício de 2009, em que as únicas duas recomendações que são feitas ao exercício de todo o ano de 2009, se referem a que o município deve adotar o pressuposto que está no acórdão do Tribunal de Contas e não aquele que é fornecido pela DGAL, que é uma coisa meramente informativa e depois diz ao município para proceder em conformidade com as normas e procedimentos legalmente fixados no que concerne ao conteúdo dos documentos e diz, que as contas de 2009 foram objeto de homologação pela segunda secção do Tribunal de Contas, sem referir um único defeito em todas as contas do município. -----

Os serviços do município fizeram um trabalho extraordinário com toda a produção de documentação sobre o exercício das contas de gerência de 2009. -----

Sobre aquilo que foi referido agora, não vou estar a comentar o assunto e sabe porque é que não vou comentar o assunto, porque os cidadãos que cá estão hoje imagino que venham falar desse assunto e ficar-me-ia muito mal a mim, tal como parece que fica a qualquer um de nós, estarmos a referir este assunto quando estão cá os cidadãos para falar.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Estamos próximo do 1º de maio que será festejado em todo o País, mas que terá a nível da nossa zona uma concentração em Santarém. -----

Em relação à questão que foi levantada aqui sobre a solidariedade com os ferroviários, de facto as coisas melhoraram substancialmente, não podemos é estar parados e arrefecer, a luta deu resultado e que resultado. -----

Vamos estar atentos em relação a que sejam repostos os direitos aos reformados e aos trabalhadores ferroviários, mas só vamos estar descansados quando a lei orçamental e a revisão da lei orçamental for feita com as alterações à lei, no sentido da reposição desses direitos. -----

Quanto à questão do bairro Frederico Ulrich, nós na altura em que o processo começou com a concentração de algumas famílias naquele bairro e algumas famílias que entre elas não se dão muito bem, alertámos na altura que era mau colocar todas aquelas famílias naquele local, que isso iria dar problemas, esse problema tem que ser visto de uma outra forma, de uma forma planeada e não ter toda a gente naquele local.” -----

Referiu **Carlos Amaro**: “ Senhor deputado José Baptista, peço desculpa a minha admiração por criticar o Bloco de Esquerda, mas parece-me que na última Assembleia Municipal, quando estes mesmos espetadores aqui estavam, o PSD veio com uma moção a favor das concessões ferroviárias. -----

Nós na altura não quisemos apresentar uma moção porque se estava a apropriar daquilo que eram reivindicações populares. -----

Portanto, isso é fazer alguma política baixa e nós não alinhamos nisso. A bancada do Partido Socialista não se apropria de movimentos, neste caso, dos movimentos dos ferroviários, apenas na busca do voto ou para parecer bem, tudo o que faz é apoiá-los e contribuir para a sua justa resolução e assim já o fez, em locais certos, nas horas certas e com as pessoas certas. -----

Assim, gostaria de lamentar a posição tomada pela deputada e Presidente desta Assembleia Municipal relativamente à proposta levada pelo Bloco de Esquerda à Assembleia da República no que diz respeito à contratação coletiva de trabalho onde se incluía a concessão dos passes aos ferroviários e aos reformados, algo que não nos espanta, pois ainda temos na memória o caso das portagens da A23. -----

A tomada de posição de se ausentar da votação revela: -----

Primeiro: Ou uma falta de peso político, com todo o respeito, a senhora deputada tem junto do seu partido para levar os interesses dos munícipes do Entroncamento a um bom fim; -----

Segundo: Ou a falta de preocupação para com as verdadeiras necessidades da população do Entroncamento; -----

Terceiro: Uma preocupação com a sua carreira política ao invés de defender os interesses dos ferroviários e por consequência os interesses dos entroncamentenses; -----

Quarto: Uma quezília partidária, porque por ser uma proposta do Bloco de Esquerda, logo tem que ser chumbada mesmo que isso afete os interesses de quem em si votou e a legitimou. -----

Isto é bem patente, pois vem agora afirmar a sua possível inclusão na próxima revisão do orçamento para discussão, quando esse trabalho foi feito por todas estas bancadas aqui presentes, em que estas bancadas se dirigiram ao Parlamento e foram recebidas e receberam as garantias que iam levar a discussão na próxima revisão do orçamento; -----

Quinto: Ou então, revela que quer limpar a sua imagem, com os esforços que todas estas bancadas unidas por uma causa, que a deputada Isilda Aguincha abandonou em plenário. “ -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Queria dizer o seguinte ao senhor deputado Carlos Amaro. -----

A forma como se escrevem os discursos, ou como se dizem os discursos, não tem um formato de acordo com a sua opinião e de acordo com a sua vontade e portanto, o discurso de cada membro, de cada partido político, de cada autarca é o discurso de cada um e portanto, não tem de haver um formato especial de acordo com a vontade do deputado Carlos Amaro, que representa o Partido Socialista e que fez o discurso que entendeu, fez o discurso que entendeu, nomeadamente usando e desculpe a expressão, abusando de comparações que se olhasse para dentro de sua casa, não as teria feito aqui.

Relativamente à questão dos ferroviários, assumi no Parlamento uma atitude que muitos outros não teriam assumido, que foi não votar com a minha bancada, assumi a discordância relativamente à orientação da minha bancada e assumi-a em função de um objetivo que tenho e que tinha, que era levar a bom porto o compromisso que tenho para com os ferroviários e reformados. -----

Podendo ser mais simpático ou menos simpático, podendo ser mais ou menos usado por alguns outros no sentido de me atacarem pessoalmente, mais do que politicamente, entendo que fiz aquilo que deveria de fazer para melhor servir os interesses do objetivo que temos. -----

Diligenciei junto dos vários grupos parlamentares, para sensibilizar sobre esta matéria, mas também tenho a noção de que, tal como tenho responsabilidades para com as pessoas, para com o meu concelho, tenho algumas normas que tenho de cumprir, como qualquer força política tem, há grupos parlamentares que não têm disciplina de coisa nenhuma, a generalidade dos grupos parlamentares têm e cumprem. -----

Assumi a responsabilidade pessoal das consequências que a minha decisão pudesse ter. -----

Assumi a responsabilidade pessoal das consequências partidárias, das consequências do meu partido que a minha decisão pudesse ter, assumi e não me arrependo de o ter feito. -----

Gostava que me deixassem tentar fazer o meu trabalho de forma positiva, e sobre isto, gostava de não ter que me pronunciar mais, até por que já passamos o tempo de intervenção do período de antes da ordem do dia, temos público na sala que tem direito a usar da palavra, nos termos da lei e do regimento.” -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro**:” A senhora deputada poderia ter votado a favor, podia ter votado contra, podia ter-se absterido, podia ter feito uma declaração de voto, nada disto fez. -----

Queria-lhe perguntar se neste assunto que estava em discussão no parlamento, havia disciplina de voto, há matérias em que há disciplina de voto, nesta, havia disciplina de voto ou não?” -----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Obviamente que há disciplina de voto, estou com uma falta injustificada e com as consequências partidárias que isso implica, mas isso é uma responsabilidade que eu assumo, é um problema meu e portanto, havia disciplina de voto e eu não a cumpri. -----

Estou a fazer um trabalho que não tem nada a ver com a vontade de se propagar isto ou não e que acima de tudo é o que interessa, que é resolver o problema e peço que haja a confiança e a boa vontade da parte das pessoas, no sentido de que esse trabalho está a ser feito.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Queria corrigir aqui uma situação que é esta: não temos espetadores nesta sala, temos cidadãos com todos os seus direitos de virem a estas reuniões e exporem os seus problemas. -----

A Câmara não tem por hábito ter livro de reclamações, o livro de reclamação principal é virem a estas sessões da Assembleia ou da Câmara e levantar as questões que devam entender sobre a vossa vivência no vosso concelho, este é uma chave de ouro do poder local democrático e quando nos tirarem isto, deixamos de ser poder local democrático e passamos só a ser poder local. -----

Em relação à votação na Assembleia da República, de uma forma ou de outra, há aqui uma questão fundamental, que é a questão da classe. -----

Há quem esteja na Assembleia da República, foi eleito pelos cidadãos de Santarém e depois na Assembleia da República por dever de seguir uma orientação de partido, vota num determinado sentido, mas isso, é porque esse partido ao assumir posições de classe, assume posições antagónicas entre aquilo que são os interesses das classes que dominam economicamente o País e os interesses das populações. -----

Também compreendo que há autarcas que foram eleitos em partidos de direita, que muitas vezes se encontram perante situações e dilemas muito complicados como foi o caso da senhora Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento e que teve de decidir de uma determinada forma, agora a questão é esta, isto só se resolve com uma posição de voto na altura das eleições.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Agradeço as observações todos nós temos responsabilidades, mas, acima de tudo, há um pormenor, é que além dos munícipes do Entroncamento, esta questão não é só dos munícipes do Entroncamento é dos ferroviários e dos reformados ferroviários de todo o País e portanto, é uma matéria que vai muito para além do Entroncamento. -----

Referiu **Luís Grácio**: “ Era só para agradecer aos serviços de apoio à Assembleia, reenviei a minha moção porque tinha alguns erros e portanto, quero agradecer a atenção que tiveram em entregar os documentos corretos. Os documentos que segundo me foi informado, que estavam no vosso e-mail não estão corretos, agradeço que reenviem a última moção. -----

A carta dos moradores que foi aqui referenciada, sugiro que a façam chegar ao Conselho de Segurança. -----

Todas as observações que o Bloco de Esquerda aqui fez sobre as questões de substância política, não têm carácter pessoal, são questões de substância política, nós aqui discutimos política aqui, somente. -----

Passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Interveio **David Ribeiro**: “ O problema que trago aqui não é novo nesta assembleia e tem a ver com o problema das concessões dos direitos dos ferroviários. ----

Vão surgindo algumas informações e muitas delas no sentido contraditório, com o compromisso, a honra, a assunção de todos os autarcas eleitos pelo povo do Entroncamento e que estão aqui representados na Assembleia Municipal, agradecer aqui

o forte empenho que tiveram relativamente à consulta que tiveram na Assembleia da República, que estranhamente e até nem pensava que isso pudesse acontecer, não foram recebidos pelo CDS-PP, porque naturalmente ainda não arranjam um espaço para poderem decidir contra os ferroviários. -----

Estranho é que a Empresa de Caminhos de Ferro CP, EMEF e REFER, ainda não tivessem marcado, soube hoje que finalmente a CP se disponibilizou para reunir com a Assembleia Municipal. Quando nós Comissão Central dos Reformados marcámos para o dia 9 de maio uma concentração no Conselho de Gerência da CP, em que vão estar os ferroviários e a Assembleia Municipal do Entroncamento. -----

Não vou esquecer o que foi aqui dito por todos, incluindo a bancada do PSD, que se congratulou com o civismo que os ferroviários demonstraram nas suas lutas é com esse mesmo civismo que nós nos queremos deslocar ao Conselho de Gerência da CP e será com esse civismo se nos for recusado esse transporte, nós faremos parar os comboios todos no Entroncamento, não é isso que nós pretendemos, sabemos-nos comportar devidamente. -----

Acreditamos que finalmente seja criado um consenso e esse compromisso que a senhora Presidente da Assembleia referiu, seja honrado e que efetivamente com CDS ou sem CDS, o PSD com coerência venha a revogar o artigo 144º da Lei nº 66-B. -----

A empresa não sai minimamente prejudicada com a utilização das concessões, que como já dissemos, são centenárias.” -----

Usou da palavra **Fernanda Maurício**: “ O Conselho de Administração da CP bloqueou para todos os beneficiários as concessões de viagem e transporte em prática na empresa na sequência da extinção de utilização dos transportes públicos imposta no artigo 114º, da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro. -----

Gostaria de fazer duas perguntas à senhora Presidente desta Assembleia Municipal, mas antes, permitam-me sucintamente uma pena resenha para que possa enquadrar estas minhas perguntas. -----

O direito às concessões de viagem como direito adquirido, estabelecido, aprovado e protegido através da regulamentação específica, direito afixado em regulamento de concessões instituídos pela CP, outorgados e assinados pelos respetivos sindicatos e pela comissão de trabalhadores, já foi amplamente discutido nesta Assembleia Municipal. -----

Não vou repetir nem maçar esta Assembleia com o que tão amplamente tem sido discutido no ponto anterior, com total clareza e clarividência e devidamente documentado, tendo sido entregue a Vossas Excelências documentação copilada pelo meu colega Alfredo Simões, que creio, terá sido observada cuidadosamente atentos ao respeito pelos direitos adquiridos, protegidos de harmonia com os princípios da igualdade, equidade, da coerência, da justiça, da imparcialidade, enfim, dos direitos adquiridos que devem ser honestamente respeitados. -----

Recordamos que a Câmara do Entroncamento aprovou protesto veemente pela retirada das concessões a ferroviários, famílias e reformados da ferrovia, segundo o executivo municipal, trata-se de um enorme ataque às condições de vida das famílias dos ferroviários, inclusivamente à mobilidade dos reformados. -----

Li no EOL e cito: “ *A Comissão Coordenadora do Bloco de Esquerda do Entroncamento, criticou fortemente em comunicado o resultado da votação à proposta de resolução apresentada pelo Bloco de Esquerda, que recomendava ao governo que* -----

cumprisse o direito dos trabalhadores ferroviários ao transporte ferroviário, defendendo a reposição das concessões retiradas. -----

No Entroncamento, o PSD reclama a reposição das concessões mas em Lisboa vota contra, particularmente lamentável e peço desculpa, é a falta da deputada do PSD, Isilda Aguincha a esta votação tão importante para o nosso concelho, além de deputada na Assembleia da República, a Professora Isilda Aguincha é Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, num momento decisivo, faltou à defesa de grande parte dos municípios, acusam os Bloquistas. -----

A maioria PSD e CDS-PP chumbaram em votação na Assembleia da República a favor além do Bloco de Esquerda, votaram PS, PCP e Verdes. -----

O Diário Económico na sua edição, sabe que os grupos parlamentares do PSD e CDS-PP se preparam para apresentar uma recomendação ao Governo, para que no próximo orçamento retificativo, seja contemplado novamente o direito aos transportes a funcionários no ativo. -----

Na base desta iniciativa, estão argumentos como a necessidade de maior cuidado social, justiça e ausência de custos para as empresas.” -----

Na sessão comemorativa do 25 de abril, a terminar o seu discurso, a Presidente da Assembleia Municipal e deputada na Assembleia da República anunciou e cito: “ Dará entrada na Assembleia da República um projeto de resolução que vai ao encontro dos nossos anseios no que respeita às concessões a ferroviários e antigos ferroviários, não será um projeto para fazer política pela política, é um projeto para cumprir em que estou pessoalmente empenhada.” -----

Pergunta um: Gostava e será com certeza o interesse de todos os meus colegas ferroviários quer no ativo, quer reformados, que a senhora Presidente da Assembleia se pronuncie, sobre esta abrangência da notícia vinculada pelo Diário Económico e sobre os argumentos da apresentação desta recomendação ao Governo, para o projeto de resolução apresentar sobre esta matéria. -----

Onde ficam os reformados? -----

Sei que vou parecer ingénuo, mas não sou, mas qual o motivo por que a maioria PSD e CDS-PP, não se associou à primeira recomendação apresentada pelo BE, partindo do pressuposto que na sua intervenção das comemorações do 25 de abril, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, deputada e eleita pelos municípios do Entroncamento e futura candidata à Autarquia, disse e cito mais uma vez: “ ...não será um projeto para fazer política pela política, é um projeto para cumprir em que estou pessoalmente empenhada.” -----

Pergunto, que garantias nos dá? -----

Até que ponto e qual o compromisso que assume com os ferroviários? -----

São estas as perguntas que gostaria de ver respondidas.” -----

*Prosseguiu **Alfredo Simões**: “ Em primeiro lugar quero agradecer aos senhores deputados que se têm interessados pelo sucesso, ou pela reposição das concessões de viagem aos ferroviários, sua famílias e reformados.* -----

Presumo que a senhora Doutora terá recebido um documento com as intervenções que aqui foram apresentadas por mim e pelo senhor David Ribeiro, no dia 25 de fevereiro, só queria saber se a senhora recebeu e analisou os elementos apresentados e se efetivamente analisou, quais as ilações e perante as mesmas, se tomou ou vai tomar algumas medidas para que seja resolvida esta situação.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Relativamente aos documentos, efetivamente recebi os documentos, tal como os documentos que me foram entregues pelo senhor José Rafael Ferreira. -----

Havia de facto um conjunto de documentos, desde o regulamento da caixa de vinte e sete, aos vários acórdãos coletivos, cópias de contratos, uma resenha perfeitamente esclarecedora que os senhores fizeram, além de ter lido e de ter usado para algumas das diligências que fiz e que agradeço por isso, também fiz chegar a alguns colegas que estão a trabalhar neste grupo de trabalho. -----

É uma explicação que me cabe dar, eu não pertença nem à comissão de trabalho, nem à comissão de economia e portanto, tive que fazer algumas diligências com colegas de outras comissões para procurar fazer chegar a bom porto este processo, diligências que não são públicas e portanto não gostaria de estar a reproduzir, não é um trabalho individual, é um trabalho conjunto, há mais deputados envolvidos neste processo, porque este processo não é só do Entroncamento, também é um processo do Entroncamento, mas é um processo de todo nacional. -----

Pedindo-vos que me deem o benefício da reserva de algumas dessas diligências, assumo que elas existiram e agradeço muito os documentos que me fizeram chegar, não temos facilidade de acesso a todos eles, nomeadamente os regulamentos mais antigos e portanto, foi importante para documentar o processo que está a ser tratado. -----

Sobre as questões da senhora Fernanda Maurício, aquilo que lhe posso dizer é que a minha preocupação é exatamente que sejam abrangidos todos aqueles que nós entendemos que devem ser abrangidos, porque acho que é o compromisso também de todos nós. -----

Espero da próxima vez que os receber aqui, possamos ter este assunto resolvido.”

Passou-se de imediato à ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM -----

PROJETO DE REGULAMENTO PARA ESTABELECIMENTO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE ALIENAÇÃO DOS FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pedi a palavra **Fátima Búzio**: “ A alienação da habitação social priva o município de um instrumento de política social, cada vez mais necessária devido ao agravamento da situação económica de muitas famílias. -----

Não nos opomos à continuidade de que os descendentes fazem parte do agregado familiar permaneçam na referida habitação, já que se trata de evitar que os mesmos sejam sujeitos por razões afetivas de inserção social a uma mudança. -----

Opomo-nos veemente à aquisição destes fogos pelos atuais moradores, contribuindo assim para que futuras famílias necessitadas sejam privadas de habitação social. -----

A lista de espera para aquisição de casas abrangidas pela renda social existe e para as quais a câmara não tem, nem virá a ter resposta. -----

O Bloco de Esquerda já apresentou por diversas vezes propostas para ajudar a resolver esta carência, infelizmente não foram aceites, temos esperança que no futuro nos venham a dar razão, pois já estamos habituados a que nos digam não agora, para apresentarem mais tarde a mesma ideia. -----

Pelas razões apresentadas, votaremos contra este projeto de regulamento.” -----

Prossiguiu **Carlos Amaro**: “ Este é daqueles pontos em que vamos votar a favor, mas apetece-me votar contra. -----

O Entroncamento é um dos concelhos do País em que mais casas são entregues ao banco, a Câmara Municipal tem a obrigação de apoiar as famílias mais carenciadas. ----

Apetece-me votar contra porque estas habitações sociais deviam ser utilizadas pelas famílias que efetivamente têm mais carências, mas acontece que a maioria delas têm um mercedes estacionado à porta e aquilo que estamos a perpetuar, é alguma injustiça na distribuição destas habitações sociais. -----

Como nós não podemos tomar o todo por uma parte, e como existem, recordo-me de numa Assembleia Municipal há anos atrás, estive aqui uma senhora a lutar pelas suas carências e pelas suas necessidades, essas expectativas foram criadas nos seus moradores e também a câmara fica desonerada da sua manutenção e algum encaixe financeiro.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Nós por princípio, a questão da alienação dos fogos de habitação social até o aceitamos, mas dentro de uma determinada situação, que é a câmara construir de uma forma constante fogos, coisa que não tem acontecido no Entroncamento. -----

Neste momento ao estarmos a entregar os atuais fogos, ficamos sem um poder em termos da política na área da habitação e portanto, não aceitamos enquanto não forem criados novos fogos, os atuais sejam entregues e alienados. -----

Neste momento os municípios estão a ser pressionados no sentido da entrega dos seus fogos e há uma abordagem por parte dos bancos que não conseguem ver-se livres de algumas casas que têm, no sentido de serem parceiros das autarquias em termos de habitação social. -----

Vamos votar contra a alienação destes fogos enquanto não houver uma política de construção constante de fogos necessários para a nossa terra e populações carenciadas e nesta altura de crise, mais se justifica a não alinação de fogos.” -----

Luís Grácio referiu: “ Fico espantado com a política de habitação social do Partido Socialista, o PS é contra e a favor ao mesmo tempo e vota a favor e como política de habitação social, acha que é bom as receitas que a autarquia vai receber na venda de habitação social. -----

O Bloco de Esquerda é contra esta proposta e explicou-a em sede de discussão no executivo. -----

Volto aqui a referir, já a Fátima aqui fez referência, que de facto, nos momentos que nós estamos a viver de exigência social tão grave, com o nível de desemprego tão elevado, com famílias com tantas carências é preciso haver uma política de habitação social e quando digo política social, não digo política de construção social. -----

O município pode optar por ter uma política de habitação social, sem construir, provavelmente as soluções mais erradas, são construções para criar guetos. -----

Provavelmente o mais correto é uma política de apoio ou arrendamento social, no sentido de colocar as famílias carenciadas espalhadas pela cidade, não criando guetos. –

O Bloco levanta esta questão porque achamos que ela merecia ser discutida com outra profundidade e vamos votar contra, porque não vemos com bons olhos a alienação destes imóveis.” -----

Interveio **José Baptista**: “ Estamos a falar de habitação social que nada tem a ver com o bairro Frederico Ulrich, estamos a falar dos prédios na rua General Humberto

Delgado, o senhor deputado disse que são pessoas que têm mercedes à porta, vamos lá agora ver quantos mercedes estão à porta das pessoas. -----

Referiu aqui o senhor deputado que houve uma senhora que se manifestou aqui há uns tempos, nesta assembleia por habitação social, é um caso referenciado, é uma pessoa que estava a usar de uma maneira ilegal, já tinha sido visitada várias vezes por polícias para deixar o local e continuava a persistir e a violar as regras que lhe tinham sido atribuídas aquele arrendamento, um arrendamento que pertencia aos seus avós. ----

Quanto à construção de habitação social no Entroncamento, pareceu-me muito importante e pertinente a questão que o deputado Luís Grácio levantou, porque a política não deve ser de construção, nós ainda estamos a pagar um empréstimo de 1987, por vinte e seis anos e um segundo empréstimo de 1995 desta habitação social que estamos agora a falar, permitir aos seus locatários que a comprem e aquilo que o município está a dar, é uma possibilidade da casa que andaram a pagar por arrendamento durante anos, ser finalmente sua, é um direito legítimo. -----

Quando se refere que somos um município com um maior número de fogos entregues aos bancos, eu realmente vi essa notícia e fiquei muito preocupado, o senhor deputado quando quiser um dia, pode ir a uma instituição de crédito e perguntar aonde é que são os fogos que estão entregues a esse banco e a instituição vai-lhe dizer que é aquele terreno ali que está licenciado para sessenta fogos, eles não estão construídos, mas o terreno está entregue ao banco, está a ver como é que o Entroncamento é a terra com maior número de fogos entregues ao banco? -----

Graças a Deus que a maioria não são de cidadãos que tiveram que entregar as suas casas, mas basta que exista um para o problema ser preocupante, não vale apenas empolga-lo por uma questão política.” -----

Referiu **Teresa Martins**: “ Relativamente a esta matéria, vou dar dois exemplos que conheço, um da casa dos meus pais, que foi assim que funciono: durante vinte e cinco anos as casas tinham uma renda fixa, que nunca aumentou, e no final as casas eram das pessoas que a habitavam. -----

Conheço também, por volta de 1974 um bairro em Lisboa, na quinta do Morgado perto dos Olivais, familiares meus viviam em casas sociais da Câmara de Lisboa e que a câmara também alienou para as pessoas que habitavam nesses apartamentos. -----

Também no bairro aonde eu morei, após o 25 de abril, quem quis não pagou os vinte e cinco anos, se tinham dinheiro pagaram na altura e ficaram com os vinte e cinco anos pagos, não vejo qual é o problema sobre esta questão, que isto terá que ser feito com regra e que temos de ter em atenção a habitação social e não a deixar cair, isso sim, mas estes fogos que estamos a tratar estão ocupados, se as pessoas os quiserem comprar porque é que não podem ter esse direito.” -----

António Ferreira referiu: “ A passagem de fogos de renda social apoiada por fundos imobiliários e está em marcha um decreto-lei com vista a alienação dos bairros municipais, para cobertura de dívida ou despesa corrente das autarquias, o governo vai fazer tudo em várias áreas, entre as quais esta para obrigar a vender determinados bens municipais para cobrir dívidas dos municípios.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Projeto de Regulamento para Estabelecimento das Condições Gerais de Alienação dos Fogos de Habitação Social do Município do**

Entroncamento”, foi aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS NÃO URBANÍSTICAS –

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Isto é a aplicação da lei, nesta aplicação da lei pode-se aplicar a lei em função de uma determinada estratégia do município e essa estratégia que está a ser seguida pelo município é o princípio do utilizador pagador, em função do custo do produto é aplicada uma determinada taxa com uma variação de incentivo ou desincentivo. -----

Em termos da lei e em termos da aplicação deste princípio, nós podemos discordar da forma como esta aplicação está a ser feita neste momento, nós contribuintes pagamos impostos, pagamos cada vez mais taxas, aquilo que era coberto pelos impostos anteriormente, agora pagamos novamente sobre formas de taxas e nós não estamos para continuar com este processo de pagarmos as coisas, pagarmos os serviços, pagarmos os produtos várias vezes. -----

Discordamos da forma como está a ser aplicado a lei e da forma com as implicações que isto tem a nível da população.” -----

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Proposta de Alteração à Tabela de Taxas não Urbanísticas**”, foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO POR GROSSO -----

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Projeto de Regulamento da Atividade de Comércio por Grosso**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Projeto de Regulamento de Acesso e Exercício de Atividades Diversas do Município do Entroncamento**” foi aprovado por

unanimidade, com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. –

PONTO NÚMERO CINCO -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pedi a palavra **Carlos Amaro**: “ Em relação ao ponto cinco da ordem dos trabalhos, a bancada do Partido Socialista vai votar contra. -----

O nível de execução orçamental é extremamente reduzido. -----

As receitas de impostos e taxas, exceto o IMI, têm vindo a diminuir. -----

As prioridades deste orçamento não são as prioridades do Partido Socialista, realço apenas aqui um ponto: Os gastos do município com a cultura, metade vão para as festas da cidade. -----

Portanto, este é um orçamento que consideramos de campanha eleitoral, que não refere as verdadeiras necessidades sociais das pessoas. -----

Continuamos a empurrar o problema da ribeira de Santa Catarina, continuamos com uma zona industrial digna de um país de terceiro mundo. -----

Mais uma vez reafirmo que estas não são as nossas prioridades e este não é um orçamento de verdade e confiança.” -----

Prossigui **António Ferreira**: “ Nós depois vamos apresentar uma declaração de voto no final. -----

Apesar das alterações orçamentais terem sido o número dezasseis o que revela alguma dificuldade e bastantes alterações durante o ano, por vias de algumas receitas que estavam previstas e não as conseguiram. Esta situação de falta de receitas nalgumas áreas, revela como nos anos anteriores, um empolamento do orçamento e depois uma realização baixa. -----

A taxa de execução orçamental foi de 54, 65% e a taxa de execução da despesa foi de 51,77% o que é preocupante porque é baixa, mas as taxas em termos de execução do plano plurianual de investimentos é de 36,38% o que revela também uma falta de investimento e isso deve-se essencialmente à falta de receitas que estavam previstas na venda de equipamentos e outras receitas que não foram atingidas. -----

A despesa de capital realizada foi muito baixa para as pretensões. -----

Apesar das dificuldades na obtenção de receitas a relação despesa/receitas, aqui o município melhorou substancialmente e conseguiu neste ano o equilíbrio orçamental o que é de louvar, o que não tem acontecido muito nos anos anteriores, as receitas correntes foram maiores do que as despesas correntes. -----

Continua a verificar-se que os impostos diretos são superiores às transferências correntes, ou seja, o peso dos impostos diretos são muito mais elevados do que acontece nos outros concelhos à volta e isso essencialmente ao peso do IMI e não ao peso do IMT, que tem caído substancialmente. -----

Em termos de receitas do FEDER e dos contratos de programa, há um aumento e não há dúvida que tem a ver com o ciclo político que estamos a viver neste momento. ---

Infelizmente no passado quando o PS estava no Governo, os contratos de programa não foram tantos e as condições não foram as melhores na altura e isto, por um lado é bom para o Entroncamento, por outro lado revela aquilo que nós já temos dito

anteriormente, que é a dependência dos municípios de estratégias políticas e isso não pode ser. -----

Em relação às receitas que têm a ver com a atividade económica do concelho, como já referi, há uma descida acentuada do IMT, há uma quebra na publicidade que é compreensível, uma quebra nos mercados e feiras e uma quebra na utilização do TURE, que revela as dificuldades que existem no concelho. -----

Para além disso, outros dados reveladores, são os consumos das famílias em queda, no saneamento e resíduos sólidos que não foi acompanhada nas águas, tendo em conta as alterações nos tarifários e tendo em conta a estratégia da modificação dos escalões da água. -----

Em termos das receitas, não está claro na prestação de contas qual o efeito do PAEL, posso estar enganado em relação a isso, que o PAEL só faça efeito a partir de dois mil e treze, no entanto, as dívidas aos fornecedores continua alta, há uma melhoria em termos da dívida aos bancos. -----

Apesar da melhoria das contas e nós aceitamos essa situação, não vamos votar favoravelmente porque as nossas prioridades, as prioridades das populações, quer a nível da salvaguarda e valorização dos bairros ferroviários da nossa história, saneamento em todo o território do Entroncamento, planeamento e gestão da qualidade integrada e inovadora, prioridade na recuperação dos espaços verdes em todos os bairros, saneamento da ribeira de Santa Catarina e incentivo às pequenas empresas.” -----

Intervio **Luís Grácio**: “ Este último exercício que temos em apreciação representa um fim de ciclo. -----

Em outubro deste ano iniciar-se-á um novo ciclo, vai haver eleições, ontem vimos que já havia algumas máquinas em andamento, não é o nosso caso, ainda estamos muito atrasos, ainda nem escolhemos os candidatos, mas sabemos o que queremos. -----

Relativamente a este exercício, temos algumas questões muito breves a assinalar.-

A taxa de execução já aqui referida, é uma taxa baixa, ela prende-se com a situação económica e social em que o país se encontra, há um decréscimo da atividade económica que inevitavelmente vai ter que se refletir na atividade e no exercício da autarquia. -----

Como aspeto positivo podemos enquadrar o equilíbrio financeiro do exercício, mas, há algumas coisas que nos merecem reparos. -----

Do conjunto das receitas verifica-se como habitualmente, que o IMI é um imposto muito significativo, seja a ser mais do que um quinto das receitas municipais e uma execução que tem vindo gradualmente a crescer, tem vindo em crescendo e é sustentado há vários anos com um crescimento de cerca de 12% desde 2008. -----

Por diversas vezes já sugerimos algumas atualizações relativamente às taxas do IMI, no sentido de desonerar o encargo que as famílias têm com este imposto e julgamos que temos razão na observação que fazemos. -----

O IMT tem uma queda significativa, é perfeitamente plausível, toda a gente sabe que a indústria da construção civil está praticamente paralisada a nível nacional e o Entroncamento não podia ser exceção. -----

Temos observado que relativamente à água, as taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, representa uma receita significativa de cerca de um milhão e oitocentos mil euros em 2008, passou para dois milhões e quinhentos mil euros o ano passado, não significa com isto, que o número de fogos aumentou da mesma proporção, o que

aumentou foram as taxas, ou seja, há um encargo superior por parte das famílias relativamente a este imposto, é preciso que a autarquia olhe para isto e termos em consideração o momento difícil em que as famílias estão a passar. -----

Relativamente ao PAEL, já aqui foi referido, não se consegue ver de imediato as suas repercussões nas contas da autarquia, mas uma coisa é certa, o tipo de programa que foi implementado na prática, significa um saneamento financeiro atendendo aos encargos que temos para liquidar. -----

O PSD assumiu a presidência da autarquia do Entroncamento, com um pedido à Assembleia Municipal de autorização de empréstimo para saneamento financeiro e termina na prática com um outro saneamento financeiro, em que desta vez o empréstimo é do Governo, não é os bancos, é um pouco diferente, mas na prática a coisa é a mesma.

Uma outra observação que gostaríamos aqui de deixar, prende-se com os gastos que o município tem em cultura, os gastos em cultura do município são fundamentalmente nas festas da cidade, ou seja, 47% da despesa em cultura são realizadas nas festas da cidade, o que significa que na prática o envolvimento da autarquia na cultura é muito pouco significativo. -----

Continuamos sem Biblioteca digna, continuamos sem um espaço Cultural digno, estamos a utilizar uma sala do pavilhão Gimnodesportivo, que não possui as condições adequadas para a prática da atividade cultural e continuamos com uma sala criada para o efeito e que durante muitos anos o serviu, inoperacional que é o Cineteatro. -----

Há opções aqui que foram tomadas, com as quais o Bloco não se identifica, daí a razão que vamos votar contra estas contas, não pelas contas mas pelas opções tomadas que são divergentes daquelas que nós tomaríamos e que, leva-nos nomeadamente na área da cultura tenhamos umas divergências acentuadas. -----

Só para terminar, como eu disse no início da minha intervenção, nós estamos a terminar um ciclo e faço lembrar a todos os presentes que no início deste ciclo, foi anunciado com pompa e circunstância um grande projeto concretizado e realizado pela Augusto Mateus e Associados, apresentado na Residencial Gameiro e de facto com um conjunto de análises de vértices de atuação, eixos de atividades, etc. e que, diga-se de passagem, do ponto de vista da sua estruturação se o município o conseguisse concretizar era um projeto impressionante, estaríamos hoje aqui provavelmente a bater palmas, mas de facto a realidade é muito diversa do que as pretensões assim o faziam querer, o que me leva a querer que eventualmente aquele projeto, foi um projeto para cumprir calendário eleitoral. -----

De facto, os grandes eixos de atividade desse projeto, na minha óptica, só dois é que foram concretizados, um deles até bastante positivo, abandonou-se aquela ideia de Cidade em Movimento e reassumiu-se Cidade Ferroviária em que foi uma boa aposta e que é para manter, é a identificação, é a identidade da cidade do Entroncamento, ligada ao Museu, ligada à atração de visitantes. -----

Desse aspeto do eixo fundamental, dois aspetos fundamentais foram concretizados e que são bastante positivos para a cidade, é a questão das escolas, o parque escolar foi renovado, é muito importante para toda a cidade. -----

O parque desportivo do Bonito, que contrariamente ao seu contrapeso da cultura há um contrabalanço enorme.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Os impostos e as taxas estão a diminuir, é natural, nós em 2009 recebemos duzentos e seis mil euros só em loteamentos, em 2012 recebemos quinze mil euros. -----

Em 2009 recebemos cento e doze mil euros de taxas de urbanização, em 2012 recebemos dois mil euros. -----

A ribeira de Santa Catarina, é um projeto que está em estudo e está entregue como todo o resto, às Águas do Centro, neste momento já há uma solução. -----

A zona industrial do terceiro mundo, fica-lhe muito mal dizer isso, se me disser qua a zona industrial não é aquilo que nós queremos dela e por isso se está a fazer alguma coisa por ela, concordo consigo. -----

O senhor António Ferreira falou em falta de investimento em 2012, sabe quanto é que se investiu nas escolas? -----

O IMI, infelizmente e digo infelizmente, é a receita mais certa do município, do nosso e de todos os municípios, a lei está mal feita, não fomos nós que a fizemos, foi o senhor António Costa e que a seguir teve exceções para a câmara que lidera. Quando se fala no acréscimo do IMI, acho que para o ano vamos ter a inversão da pirâmide, por duas razões, pela avaliação que foi feita agora, que muita gente baixou a avaliação da sua casa e porque, ao serem avaliadas baixaram de zero sete, para zero quatro. -----

Os TURES, baixaram bastante os seus proveitos, baixaram quarenta e três mil euros, só que ao mesmo tempo, baixaram duzentos e sessenta e oito mil euros, os seus custos. -----

O pagamento a fornecedores efetivamente diminuiu a dívida. -----

A recuperação da atividade económica no concelho não é feita? O senhor deputado tem andado por aqui? Parece-me que não? -----

Existe um projeto desenvolvido por esta câmara que se chama “ Viver o Comércio” e o senhor deputado aos fins de semana deve emigrar. Há anos que eu não via esta rua, aos primeiros sábados de cada mês, cheia de gente, com artesãos do Entroncamento, com uma adesão massiva dos comerciantes do Entroncamento. -----

A autarquia não ganha um tostão com a água, a câmara cobra aquilo que cobram, infelizmente as coisas têm que ser assim, por isso a tal polémica que existe agora em que a câmara reclamou junto das Águas do Centro. -----

Não há um tostão aonde possamos ir buscar para recuperar o Cine teatro S. João, em lado nenhum, a recuperação não custa cinco tostões, é triste mas é verdade, também gostava de ver aquela casa a funcionar. -----

Ao dizer que a Biblioteca não é digna, é a Biblioteca que temos, é digna, há um projeto para a expandir para o segundo andar, e portanto, dizer que ela não é digna acho muito mal e especialmente para as pessoas que lá trabalham, que tentam fazer dos recursos que lá têm, o melhor possível. -----

A Estação da CP e a Esquadra da PSP, não são competências nossas, a Esquadra já está encaminhada, há um projeto a que a câmara se vai candidatar, pode ser uma boa oportunidade quando formos resolver o problema dos reformados e dos trabalhadores ferroviários, perguntar à CP e à REFER o que é que pretendem da Estação do Entroncamento.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Passo a dar resposta a algumas questões que foram aqui levantadas. -----

O projeto Augusto Mateus foi feito para o Entroncamento numa altura em que foram feitos mais de cem projetos a nível do país e diversas câmaras. -----

Não vejo viabilidade na maior parte do projeto, o paradigma entretanto mudou com a crise e a situação atual. -----

O paradigma na altura era fazer infraestruturas e mais infraestruturas, o paradigma hoje é sairmos da crise em que estamos através dos setores produtivos. -----

Em relação ao IMI, quem o criou foi a Manuela Ferreira Leite e criou uma série de questões que eram para ser alteradas ao longo do tempo e que nunca foram alteradas e daí o problema que temos hoje em dia. -----

Quanto às taxas de execução, os números não enganam, o PPI teve uma taxa de execução de 36,38%, as escolas foram feitas, ninguém tira mérito aos investimentos que foram feitos nesse setor e que são investimentos essenciais numa perspetiva do Entroncamento a crescer, e espero que cresça, há indicadores muito preocupantes em termos de crescimento do Entroncamento. -----

Não tiro mérito às iniciativas que foram feitas no âmbito da dinamização do comércio no Entroncamento, foram iniciativas feitas pela câmara em conjunto com a ACIS e que deram resultado, agora, o setor comercial é insustentável numa concorrência com grandes superfícies e com uma falta de atividade económica em setores produtivos de base no Entroncamento. -----

Em relação à situação financeira do concelho, quero deixar bem claro que melhorou relativamente ao passado, melhorou em termos comparativos com muitos concelhos do PSD, também deixo muito claro, que estão muito longe da média da gestão da CDU.” -----

Proseguiu **Luís Grácio:**” Só duas referências, uma delas já foi aqui mencionada, o Rui Gonçalves de facto enganou-se, não foi o António Costa que tratou do IMI, foi a Ferreira Leite e Durão Barroso. -----

Relativamente à dignidade da Biblioteca, peço desculpa, mas não consigo perceber como é que se chama aqui à discussão a dignidade das pessoas, estamos a falar da Biblioteca e não dos funcionários da autarquia, estou a falar de uma Biblioteca para a cidade que merecia outro tipo de Biblioteca.” -----

Interveio **Rui Gonçalves:** “ Senhor deputado Luís Grácio, se entendeu isso das minhas palavras, peço desculpa não era essa a minha intenção. -----

É verdade que o IMI foi criado pela Manuela Ferreira Leite, com uma cláusula de salvaguarda para ser corrigido ao fim de cinco anos, que infelizmente caiu num outro governo que não do PSD.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número cinco à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “ **Prestação de Contas – Exercício Económico de 2012 do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro:** “ Relativamente ao ponto seis, proposta da 1ª Revisão do Orçamento para 2013, submetida à apreciação e votação da Assembleia Municipal, esta mantém a estrutura inicial de falta de aderência à realidade, tendo em conta as condições atuais proporcionadas ao nosso município, esta não tem qualquer sustentação ou justificação. -----

Face ao exposto, a bancada do Partido Socialista vai votar contra.” -----

Prossigui **Reinaldo Amarante:**” Congratulamo-nos com o facto de a PSP poder vir a usufruir de melhores condições para o pleno exercício das suas funções, porque quem as conhece, sabe que as instalações neste momento já não respondem de forma alguma, aquilo que as nossas forças de segurança merecem. -----

As obras a empreenderem apenas pecam um pouco por tardias, mas desejamos que as mesmas possam ser concretizadas com a brevidade possível. -----

Saudamos a implantação das denominadas hortas municipais que vêm ao encontro do que o Bloco de Esquerda tem defendido, queremos no entanto recordar, que já em 2011 nesta mesma assembleia o BE, considerando errada a desclassificação dos terrenos da RAN por fazerem falta à agricultura, justificava assim, a criação das hortas municipais a exemplo do que já se fazia em Lisboa e Ponte de Lima, importantes não só para o abastecimento público e consumo próprio, que neste momento serão muito importantes face à situação atual, assim como para a preservação do ambiente e ainda ser uma oportunidade para a coesão social. -----

Na altura a bancada da maioria, nas palavras do seu porta-voz recebeu a nossa intervenção com alguma ironia e estupefação, considerando não haver agricultores no nosso município, inquirindo quantos agricultores estariam inscritos nas Finanças do Entroncamento. -----

Apraz-me registar que a maioria esteja mais sensibilizada a esta ideia, não perguntamos se já houve mais inscrições de agricultores nas Finanças, mas, acreditamos, que a criação das hortas municipais vai responder positivamente aos desejos e necessidades dos munícipes do Entroncamento.” -----

Continuou **António Ferreira:** “ A justificação para a revisão orçamental da dotação de algumas rúbricas com os valores do saldo do ano transato, parece-me colher justificação de alguma forma. -----

A justificação que é dada pela câmara, é que a autarquia deixou de receber algumas receitas, que tinha a ver com, desculpem mas só tenho esta palavra, o roubo dos salários dos funcionários desta câmara e é necessário, neste momento, compensar com os dinheiros do saldo do ano passado. -----

De facto estamos de acordo com essa dotação quer para a Esquadra da PSP, quer para as outras iniciativas que aqui estão propostas. -----

No entanto, parece-nos um bocado elevado o valor das hortas, penso que isto é para infraestruturação, 160 mil euros, parece-nos um bocadinho exagerado. -----

Isto vai de encontra a uma série de propostas que fizemos há uns anos atrás, tanto ao nível do apoio à agricultura biológica, à ocupação dos tempos livres das pessoas que queiram ter uma horta para produzir produtos, não vejo aqui necessidade nenhuma de se coletarem nas Finanças por causa de uma horta tão pequenina. -----

No entanto, deixo bem claro, acho um bocado estranho a forma como isto é formulado, teve-se que devolver dinheiro aos trabalhadores da câmara em função daquilo que foi a decisão do Tribunal Constitucional, pelo que me pareceu, esse dinheiro estava adstrito à Esquadra da PSP, ou seja, dinheiro roubado para construir uma Esquadra da PSP, que depois nos defende de uma série de outras coisas, entre as quais o próprio roubo, são os tempos complicados e conturbados que nós vivemos nos nossos tempos. -----

Nós vamos aprovar esta dotação em função do saldo do ano anterior.” -----

Referiu **José Baptista**: “ Esta proposta de revisão orçamental, que foi votada no executivo por unanimidade, tem a verdadeira adesão à realidade, senhor deputado. -----

A primeira realidade é a reposição dos subsídios por chumbo do Tribunal Constitucional. -----

O segundo é a realidade do parque verde do Bonito, são as hortas comunitárias que o senhor deputado defendeu aqui há uns anos atrás. -----

O terceiro é o alargamento da avenida das Forças Armadas. -----

O quarto é a Esquadra da PSP. -----

Todos eles têm adesão à realidade, não percebi aonde é que estava a sua falta de aderência. -----

Temos um montante global de 892.570 euros e dividem-se exatamente em quatro áreas fundamentais, que foram aquelas aqui referidas, não causam qualquer dano às finanças municipais” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número seis à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis “ **1ª Revisão ao Orçamento**”, foi aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco votos contra do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

SUBSTITUIÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O que temos para votar é a proposta de substituição de um membro da CPCJ, proposto pelo Bloco de Esquerda que pediu para ser substituído, que era a Professora Fátima Roldão e portanto, a pessoa indigitada é a professora Fátima Búzio. -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número sete da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Vinte e dois votos a favor. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Na informação que nos foi dada da empresa que faz a auditoria às contas, é uma sugestão que eu dou, para quando a câmara falar com eles, que deem mais sugestões. -----

O valor que estamos a pagar para aquele trabalho que é dado, não se deve limitar exclusivamente a dizer que aquilo está em conformidade com o POCAL e com a Lei. ---

Concordo com aquilo que já foi aqui dito, a forma como os documentos estão elaborados pelos nossos funcionários estão de uma forma exemplar, nós já o temos gabado anteriormente e continuamos a gabar agora. -----

De qualquer forma, aquele tipo de trabalho tem que ter também alguma sugestão em relação à melhoria do trabalho, na nossa câmara e nas outras câmaras, não é só fazer igual para a nossa, para fazer igual para a Barquinha, que eu também vi como é que é o da Barquinha.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Sobre as concessões dos ferroviários, não esquecer que também já fomos ao senhor Presidente da República, alguém tinha aqui razão, de facto o CDS ainda não deu cor dele. -----

Falou-se na habitação social e quero referir que só vai adquirir quem quer. -----

Quero dizer ao senhor Luís Grácio, que comecei de facto com um pedido de saneamento financeiro e acabo com outro, neste caso o PAEL, emprestaram-nos 3,2 milhões, o outro concelho 12 milhões.-----

Comecei de facto com um pedido de saneamento para pagar coisas que nada tinha sido feito, era só despesas correntes, não havia obras que envergonhava o Partido Socialista e acabo com outro e quero dizer que me orgulho, faria hoje o mesmo do que fiz no passado e terei o cuidado de apresentar o valor da dívida e o valor de investimento durante este tempo todo. -----

Sobre o Augusto Mateus, foi de facto um consultor que veio trabalhar para esta Câmara, desde que pagámos 55 mil euros, não me esqueço do que diziam, isto é campanha, é altura das eleições, fomos buscar 26 milhões de euros de investimento. ----

O Cineteatro é uma lacuna, assumo isso, o ciclo está a acabar, tenho muita pena de não ter o cinema em funcionamento. -----

Num tempo passado de governação socialista nunca consegui candidatar nem ter verbas para nada, quando surgiu a hipótese de arranjar verbas depois de chegar este governo, houve uma opção, escolas todas do concelho ou o cinema e optámos pelas escolas e depois o cinema. -----

O projeto do cinema está feito, é um projeto de dois milhões de euros e aprovado pelo IGAT, foi comprada a vivenda ao lado, faz parte do património da Câmara. -----

As hortas municipais no Bonito entendo que é o momento certo, estamos aqui a pôr cinco mil euros, mas sabemos eventualmente que não vai chegar. -----

Falou-se que 160 mil euros é muito, vamos procurar fazer quarenta e nove talhões, na ordem dos cinquenta metros quadrados, com casas para que as pessoas guardem os utensílios, com um espaço para que as pessoas possam conviver e um furo na zona para rega. -----

Quanto à defesa da água pública, antigamente a água era comparticipada com o dinheiro das obras, a partir do momento em que veio a Lei das Finanças Locais, nós não ganhamos um cêntimo, mas, se calhar neste momento temos algum défice, os sete por cento foi imposto pela senhora Ministra da Agricultura e Ambiente, foi ela que impôs. –

Toda a vida ouvimos falar em ETAR(s) e nunca se fez, agora não está lá uma grua para enganar, está lá a comparticipação, o valor do FEDER, a aquisição do terreno, o impacto ambiental, a grua está lá porque faz falta à obra, não é para enganar ninguém. –

Os depósitos do Casal do Grilo estão completamente novos, sou um dos indivíduos que defende a verticalização dos preços da água, que deve ser pública concordo plenamente, mas sou a favor da verticalização do preço da água, deve ser o preço igual para toda a gente, isto é a minha opinião. -----

Falou-se aqui de 36,38% de investimento plurianual, não é mau no plurianual. ----

As receitas/despesas é de louvar, o senhor de facto é sempre franco e aberto nas coisas que diz e eu registo porque sei que não está falar de uma maneira hipócrita e é como o senhor diz, esta parte é uma daquelas frases que eu vou guardar do António Ferreira nas intervenções das Assembleias Municipais. -----

Os revisores oficiais de contas, eles são revisores, não são consultores. -----

Falou-se no roubo aos funcionários, temos que repor aquela verba, o senhor sabe o que é uma revisão orçamental, que é introduzir rúbricas que não estavam previstas no orçamento, como eu consegui algumas verbas em Coimbra para estas rúbricas, tiveram que cá se meter. -----

Quando o senhor falou dos indicadores muito preocupantes no Entroncamento, tenho uma noção das câmaras até porque se perpetuam há muitos anos do Partido Comunista, são câmaras equilibradas, mas estou muito preocupado dos indicadores de Benavente do desemprego que é o que subiu mais no distrito de Santarém e regozijo-me por exemplo, com Constância que é uma que baixou mais, mas, a terceira que baixou mais foi o Entroncamento. -----

A rua Alexandre Herculano não tem lá nenhum sinal de estacionamento proibido, tem lá um sinal de paragem proibida o que é totalmente diferente e portanto, o senhor Comandante da Polícia foi informado disso no dia que eu soube que isso tinha acontecido. -----

As portagens na A23, de facto é preciso algum descaramento para dizer isto, o pai disto é o Paulo Campos, Secretário de Estado do Partido Socialista que deixou as coisas feitas quando se foi embora. -----

A senhora Presidente não serve para nos defender, sabem quem é que não nos serve para defender, é o deputado Nuno Gameiro, esse é que nos enganou no Parlamento. -----

Vamos ter uma Esquadra da Polícia de portas abertas pela senhora deputada, foi ela que tratou disso com o senhor Ministro da Administração Interna, sou obrigado a dizer isto aqui. -----

Escolas não tínhamos nenhuma, iam para Abrantes, Alcanena, Torres Novas, Ourém e Barquinha que nem contrato tinha, tenho as escolas desde que está lá este governo, sabe quem é que me abriu as portas para isso, a Comissão de Educação a senhora Presidente da Assembleia Municipal, sou obrigado a dizer isto e devo-o a ela isso, porque não havia nada, eramos postos de lado, era uma vergonha. -----

O senhor veio hoje aqui votar e não aprova, não aprova o quê? Não aprova um orçamento de eleições, mas o senhor veio aqui para aprovar alguma coisa? O senhor veio aqui para votar, não aprova nada, isto é o Relatório das Contas do ano passado, não é nada do orçamento para eleições, o senhor não sabia o que estava a dizer, estamos aqui a falar de um relatório de contas que é para ser votado. -----

Agradecia que num futuro, quando fizesse essas coisas o fizesse de uma forma mais entendida, porque fica aqui no ar, é feio e nós não nos revimos em nada dessas coisas, estou cá há doze anos para trabalhar e não para fazer demagogia em termos políticos.” -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão quando eram zero horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e sete de abril de dois mil e treze. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: